



Crítérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo: um estudo preliminar ¹

Leonel Azevedo de Aguiar²
PUC-Rio

Resumo

A proposta deste artigo é introduzir uma discussão sobre os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia que permeiam a produção do jornalismo investigativo. Para esta tarefa, pretende debater determinadas questões relativas ao campo da Teoria do Jornalismo, em especial os estudos sobre os emissores e os processos produtivos nas empresas jornalísticas. Partindo da premissa de que os meios de comunicação de massa são dispositivos que produzem uma representação social da realidade, vamos colocar em confronto algumas teorias para a análise do jornalismo impresso e entender os procedimentos metodológicos das pesquisas que afirmam a notícia como uma construção narrativa do real.

Palavras-chave

Teoria do Jornalismo; jornalismo investigativo; noticiabilidade; representação social.

Introdução

Os meios de comunicação de massa podem ser apontados, na Atualidade, como uma das principais instâncias sociais responsáveis pela produção de sentido (Verón, 1980). Dentro do universo amplo dos *mass media*, escolhemos o jornalismo enquanto tema para ser pesquisado, pois acreditamos que os jornais emergem como o dispositivo simbólico que, nos processos sociais, permite manter as mediações viabilizadoras do direito à informação. Novas tendências da pesquisa em Comunicação discutem se há condições de possibilidade para a emergência de uma Teoria do Jornalismo. A sistematização dessa teoria, entretanto, não é recente e tem, entre seus pioneiros, Otto Groth, que publicou, entre 1928 e 1930, uma enciclopédia – intitulada *O Jornalismo* – em quatro tomos e, a seguir, seu trabalho mais importante – *O desconhecido poder da cultura: fundamentação da ciência jornalística* –, publicado entre 1960 e 1965, em seis volumes. O mérito desse teórico alemão – cujo método de análise é visto, por uns, como tipicamente weberiano e, por outros, como funcionalista (Genro, 1987: 20) – foi ter estudado o jornalismo como um objeto autônomo em relação aos demais processos de comunicação de massa. Essa abordagem teve poucos continuadores, pois acabou

¹ Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo, do VI dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação da Intercom.

² Doutor em Comunicação/UFRJ. Professor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio.



superada pela evolução dos estudos sobre a comunicação de massa, nos quais o jornal perdeu o destaque enquanto um objeto específico a ser estudado.

Escolhido um tema específico dentro do campo da Comunicação – o jornalismo impresso –, o próximo passo foi definir qual, dentre os inúmeros gêneros jornalísticos, optaríamos por analisar. A partir da classificação consagrada por Marques de Melo (2003) – dividida entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo –, escolhemos um dos gêneros informativos: a reportagem. Insistindo na necessidade de especificar ainda mais o tema, decidimos por uma das tendências contemporâneas presentes na grande imprensa: a reportagem investigativa, também denominada de jornalismo investigativo.

O jornalismo investigativo pode ser definido como uma forma de reportagem extensa que exige longo tempo de trabalho na apuração das informações por parte dos repórteres. Seu melhor exemplo é a série de reportagens publicadas pelos repórteres Bob Wodoord e Carl Bernstein no jornal *Washington Post* sobre o caso *Watergate*, o que levou Elliott (1978: 186) a nomear a década de 70 como a “era do repórter de investigação”. O jornalismo investigativo não está, entretanto, restrito aos temas políticos, estando presente em todas as editorias de um jornal: seu foco é apurar e divulgar informações sobre fatos desviantes que afetem o interesse público e que sejam prejudiciais à sociedade. Ou seja, escolhemos o jornalismo investigativo exatamente por permitir uma vasta amplitude de assuntos abordados pelos jornais: o trabalho dos repórteres investigativos está presente nas mais diversas editorias – desde a editoria de política, passando pela de esportes e de economia, até a editoria de noticiário local ou internacional.

Mais especificamente, nossa escolha recaiu sobre um tipo de jornal impresso: o que pertence ao grupo classificado como jornal da grande imprensa, de circulação diária (Alves, 2001: 59). Por operar ao máximo sua potencialidade como indústria cultural – conforme a clássica definição de Adorno e Horkheimer –, a grande imprensa se diferencia dos demais tipos de jornais – tais como os alternativos, os sindicais, os partidários – e sua meta é o processo de racionalização da mercadoria que produzem e colocam à venda: a informação atualizada, através das modalidades narrativas conhecidas como notícia e reportagem.

Este artigo pretende apontar, resumidamente, o tema escolhido para um projeto de pesquisa a ser desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio: o levantamento e a discussão teórica sobre os critérios de noticiabilidade que regem o jornalismo investigativo em



quatro jornais da grande imprensa situados na cidade do Rio de Janeiro – *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia* e *Extra*. A pesquisa vai ser realizada durante um ano, entre agosto de 2006 e julho de 2007.

A abordagem determinada para este trabalho é a pesquisa sobre o *newsmaking*. Segundo Wolf (2003: 186), as pesquisas de *newsmaking* têm, em comum, a técnica da observação participante, pois permite reunir e obter sistematicamente os dados fundamentais sobre as rotinas produtivas que operam na indústria jornalística e no processo de produção da notícia.

Por que jornalismo investigativo

Segundo Lage (2004), apesar de reportagem pressupor apuração e investigação, a denominação “jornalismo investigativo” se tornou constante na bibliografia recente sobre o assunto. Definido, geralmente, como forma de reportagem mais detalhada e extensa, o texto típico do jornalismo investigativo exige mais dedicação e maior tempo para realizar o levantamento de informações sobre um tema pelo qual o repórter demonstra curiosidade. A necessidade de um gasto financeiro para além das rotinas cotidianas das coberturas jornalísticas ou obtenção de financiamento explica, em parte, por que o jornalismo de investigação prosperou nos Estados Unidos, onde fundações e instituições universitárias costumam destinar recursos a esse tipo de pesquisa, não discriminando as pesquisas acadêmicas daquelas com intenção jornalística.

O jornalismo investigativo também pode ser entendido, em uma de suas perspectivas de realização, como um esforço para evidenciar casos de corrupção e injustiças sociais, descrevendo esses acontecimentos em linguagem jornalística (Lage, 2004: 139). O resultado do trabalho é a produção de textos extensos que, eventualmente, podem até não caber nos jornais. Neste caso, essas reportagens costumam ser publicadas na forma de livro.

De que forma, entretanto, o jornalismo investigativo se diferencia de outras formas do trabalho jornalístico, como o jornalismo interpretativo, o movimento do “novo jornalismo” ou o jornalismo de precisão? Para isto, é preciso delimitar cada uma dessas modalidades e definir, com certo rigor, o que é o jornalismo investigativo e suas diferenças em relação a outras formas de jornalismo. Essas delimitações se encontram em Fuser (1996), Sodré e Ferrari (1986), Kotscho (1996) e Lage (2004).



O jornalismo investigativo distingue-se por divulgar informações sobre os desvios de conduta que sejam prejudiciais ao interesse público e afetem a sociedade. Nesta modalidade de jornalismo, as denúncias resultam do trabalho de apuração das informações pelos repórteres e não de informações “vazadas” por fontes informativas para as redações dos jornais. Ou seja, uma reportagem investigativa pode até ter início com denúncias, mas não pode se basear nelas: essa modalidade jornalística necessita de uma profunda e sólida pesquisa por parte do repórter, que vai buscar a informação de fontes primárias e não se contenta com as versões ou com as fontes secundárias. Diversos autores apontam que o jornalismo investigativo desempenha um relevante papel devido às suas contribuições à governabilidade democrática e está relacionado com o princípio da responsabilidade mútua em sistemas democráticos: a imprensa deve tornar o governo responsável, publicando informações sobre questões de interesse público, mesmo que essas informações revelem abusos ou crimes perpetrados por autoridades.

No jornalismo investigativo é imprescindível um trabalho de equipe e o conhecimento do acesso às informações públicas é fundamental para encontrar quais informações são potencialmente disponíveis e quais problemas legais podem surgir ao se publicarem dados confidenciais. Para lidar com a informatização dos registros governamentais e a disponibilidade de extraordinária quantidade de informações *online*, o jornalismo investigativo se utiliza da reportagem assistida por computador. Esta modalidade jornalística, ao estar comprometida com a responsabilidade democrática, deve levantar uma questão central: o público vai se beneficiar com o resultado das reportagens investigativas, já que estamos na fronteira entre o direito à privacidade e o direito de informação do público? Outras importantes questões também se fazem presentes: quais os interesses que o jornalismo investigativo atende ao publicar uma determinada informação? O assunto investigado é de legítimo interesse público? Ou apenas a privacidade individual está sendo invadida, sem qualquer interesse público relevante? Quais interesses estão sendo afetados com a divulgação da reportagem? A enumeração dessas questões aponta que a construção dos critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo está centrada nas discussões sobre ética profissional e responsabilidade social da imprensa.



Teoria do *Newsmaking*

A seguir, vamos justificar por que escolhemos a Teoria do *Newsmaking*, cuja base é o paradigma da construção social da realidade. Compreender a realidade como socialmente construída significa analisar os aspectos que interagem com esse paradigma: existir na vida cotidiana é estar continuamente em interação e comunicação com os outros, sejam indivíduos, instituições, culturas ou forças sociais (Berger e Luckmann, 2003).

Uma das mais recentes áreas de pesquisa da comunicação é a dos estudos sobre os emissores e sobre os processos produtivos nos meios de comunicação de massa. Entretanto, apesar dos estudos sobre as rotinas produtivas serem recentes, sua importância está associada ao fato de possibilitar a fusão das duas principais tendências da pesquisa, representando um exemplo de superação disciplinar tantas vezes prognosticada: a convergência entre, por um lado, a pesquisa sobre os emissores e a lógica produtiva dos meios de comunicação de massa e, por outro, a pesquisa sobre os efeitos em longo prazo. Entretanto, o projeto de pesquisa a ser desenvolvido está limitado à primeira tendência atual de pesquisa – o processo como a mídia constrói a representação social da realidade, a partir da Teoria do *Newsmaking*. A segunda tendência de pesquisa, baseada na hipótese do agenda-*setting* e seus estudos dos efeitos dos *mass media*, não poderá ser viabilizada neste momento e será tema de uma próxima pesquisa. Esta fusão teórica – o cruzamento dos dois eixos, representações e mediações – também foi apontada por França (2004: 22); entretanto, a seu ver, cada uma dessas questões constitui um domínio próprio de estudo, que devem continuar recebendo enfoques específicos.

Um dos resultados mais significativos desta área de pesquisa foi retirar, da análise sobre a cultura de massa, o debate estritamente ideológico, ao promover uma maior atenção às questões fornecidas pelo trabalho de pesquisa.

Duas perguntas podem definir o âmbito e expor os problemas de que se ocupa a abordagem do *newsmaking*: que representação da sociedade os noticiários fornecem? como se associa essa representação às exigências cotidianas de produção de notícias?

O ponto central desse tipo de pesquisa está delimitado pela cultura profissional dos jornalistas e pela organização do trabalho e seus processos produtivos. O objetivo do jornal é fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes; mas, se a vida cotidiana é constituída por uma superabundância de acontecimentos – a partir dos quais, o jornal deve selecionar apenas alguns determinados acontecimentos para se



tornarem notícias –, a seleção implica, pelo menos, o reconhecimento de que “um acontecimento é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registro” (Tuchman, 1977: 45).

Portanto, o objetivo de selecionar tornou-se mais difícil devido a uma característica posterior dos acontecimentos: cada um deles exige ser único, resultante de uma conjunção específica de forças sociais, econômicas, políticas e psicológicas que transforma um acontecimento qualquer neste acontecimento particular a ser destacado. Para o jornal, não é possível aceitar essa pretensão quanto a todos os acontecimentos, já que não pode trabalhar sobre fenômenos idiossincráticos. Como qualquer outra organização complexa, o jornal reduz todos os acontecimentos a classificações elaboradas com certos propósitos. Ou seja, estas exigências indicam que os jornais só conseguem produzir notícias se cumprirem três obrigações. Conforme aponta Tuchman (1977: 48), os jornais devem: tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido – até mesmo os excepcionais – como acontecimento notável; elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar, a cada fato, um tratamento idiossincrático; organizar o trabalho, no tempo e no espaço, para que os acontecimentos noticiáveis consigam afluir e ser trabalhados de um modo planejado.

A produção de notícias resulta, portanto, da conjunção de dois fatores. De um lado, a cultura profissional, entendida como um emaranhado de estereótipos, representações de papéis, rituais e convenções relativos às funções dos meios de comunicação de massa e dos jornalistas, à concepção do produto-notícia e às modalidades que presidem à sua confecção. De outro, as restrições ligadas à organização do trabalho, sobre as quais se criam convenções profissionais que determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo – desde a utilização das fontes até a seleção dos acontecimentos e às modalidades de confecção do noticiário – e contribuem para se prevenir das críticas dos leitores. Assim, fica estabelecido um conjunto de critérios – ou seja, do grau de relevância entre os acontecimentos – que definem a noticiabilidade de cada acontecimento: o modo pelo qual é construída sua aptidão para ser transformado em notícia.

Este enfoque teórico escolhido para o desenvolvimento de nossa pesquisa não se refere à cobertura de um evento particular, mas a rotina produtiva cotidiana da cobertura jornalística por períodos prolongados. Isto é: os estudos de *newsmaking* pretendem analisar o conjunto de critérios que definem a noticiabilidade de cada acontecimento –



sua relevância para ser transformado em notícia. A noticiabilidade, por sua vez, é composta por um conjunto homogêneo e bem definido de valores-notícia.

Pretendemos discutir o conceito de noticiabilidade em uma modalidade específica do jornalismo impresso: o jornalismo investigativo, também denominado reportagem investigativa. O problema formulado nesta pesquisa visa questionar se os critérios de noticiabilidade válidos, de um modo geral, para o noticiário também podem ser aplicados na reportagem investigativa. Ou seja: quais são os critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo? quais são os valores-notícia que podem tornar um acontecimento relevante para ser transformado em uma reportagem investigativa?

Dessas questões, se desdobram inúmeras outras, conforme apresentamos a seguir: quais são os critérios utilizados pelos jornalistas dos quatro jornais da grande imprensa do Rio de Janeiro para escolherem que acontecimentos devem ou não se transformar em reportagem investigativa? Por que as reportagens investigativas são produzidas e veiculadas conforme esse modelo que conhecemos atualmente? Qual é a influência dos jornalistas na produção de uma reportagem investigativa? Na sociedade contemporânea, o jornalismo investigativo é um campo aberto no qual todos os atores sociais podem mobilizar suas estratégias de comunicação ou um campo fechado a serviço do poder institucionalizado?

Em suma: nosso interesse é pesquisar se os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia aplicados no jornalismo de um modo geral também são válidos para o jornalismo investigativo, ou se nessa modalidade são usados outros critérios e valores.

Notícia: representação social

Já apontamos que o referencial teórico para o empreendimento deste trabalho é a Teoria do *Newsmaking*, que tem como base o paradigma da construção social da realidade. Como afirma Tuchman (1976: 94), a notícia constrói uma representação da realidade social; ou, conforme reforça Hall (1984: 04), a notícia é uma construção narrativa da realidade. Acreditamos ser possível apresentar várias teorias que tentam responder à pergunta por que as notícias são como são. Traquina (2005) enumera sete possíveis teorias para a análise do jornalismo. Em nosso recorte, selecionamos três dessas teorias para contrapô-las a nossa escolha pela Teoria do *Newsmaking*, enquanto referencial teórico.



A primeira metodologia visando tentar entender o processo de produção das notícias surge no século XIX e sua idéia central é que o jornalismo reflete a realidade: a imprensa é um “espelho” do real e as notícias são um “reflexo” – um relato verdadeiro e fiel – dos fatos (Tuchman, 1972). Com o desenvolvimento da industrialização, os jornais são transformados em empresas jornalísticas e os jornalistas, profissionalizados. Simultaneamente, o desenvolvimento das estruturas de um governo democrático promove um discurso sobre a responsabilidade social dos meios de comunicação e a definição de uma nova ética profissional: o antigo paradigma de que o jornal é um instrumento de luta política e ideológica cede lugar ao paradigma da notícia como informação. O jornalista deixa de ser um militante partidário, autor de textos opinativos, para se tornar um mediador neutro e imparcial que observa a realidade social e produz um relato com objetividade, semelhante ao rigor do método científico do Positivismo (Smith, 1980). Este é o padrão dominante no campo jornalístico das sociedades democráticas ocidentais.

Já o conceito de objetividade, que surge nos jornais norte-americanos nas décadas de 20 e 30, pode ser caracterizado como o segundo momento histórico do avanço desse modelo de produção de notícias. O ideal da objetividade é a afirmação de um método concebido em função de uma sociedade na qual os fatos deixam de merecer a confiança, devido a duas novidades no cenário comunicacional: o aparecimento da profissão de Relações Públicas e a eficácia da propaganda na Primeira Guerra Mundial. A objetividade, portanto, emerge como a substituição de “uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida” (Schudson, 1978: 122). É neste período que o jornalista Walter Lippmann prega, em seu livro *Opinião Pública*, editado em 1922, que os jornalistas deveriam buscar o ideal da objetividade no método científico.

A Teoria do Espelho produz a ética profissional dominante, pois a credibilidade e a legitimidade do jornalismo estão assentadas na crença social de que as notícias refletem a realidade. Os jornalistas são, portanto, imparciais, pois respeitam as normas profissionais que asseguram o trabalho de recolher a informação e relatar os fatos: são mediadores que “reproduzem”, na notícia, o acontecimento. Apesar de sabermos que as notícias são um produto centrado no referente – ou seja, a “realidade” é um fator determinante –, esta discussão é insuficiente, pois está vinculada à própria legitimação do campo jornalístico.



A primeira teoria que surgiu, na literatura acadêmica sobre o jornalismo, foi a Teoria do *Gatekeeper*. O termo, oriundo da Psicologia Social e aplicado nos anos 50, serviu para explicar o processo de produção da informação como uma série de escolhas: dentre os inumeráveis acontecimentos, só se tornam notícia aqueles que passam por diversos “*gates*” – isto é, as áreas de decisão em relação às quais o *gatekeeper* (o jornalista) tem o poder de decidir o que deve se tornar notícia. Um clássico estudo demonstrou que o processo de seleção de notícias é arbitrário e que as decisões do jornalista eram dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper* (Traquina, 1993). Esta teoria acabou sendo designada como Teoria da Ação Pessoal: as notícias são explicadas como um produto da vontade pessoal do jornalista e de suas ações profissionais.

Outras críticas vieram apontar que as decisões do *gatekeeper* eram influenciadas por critérios profissionais ligados às rotinas de produção da notícia, como eficiência e velocidade do processo industrial. Por outro lado, podemos também ressaltar que as notícias devem ser compreendidas em relação às forças sociais que influenciam sua produção, apontando a estrutura burocrática da organização como fator predominante sobre o trabalho jornalístico. Desse modo, os estudos passam a ter como foco o modo como os fatos são selecionados, analisando o contexto no qual o selecionador se encontra: a empresa jornalística.

Já a Teoria Organizacional, também da década de 50, vai destacar a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional e aponta que o jornalista atua conforme as normas da política editorial do jornal. Se o trabalho jornalístico é dependente dos meios utilizados pela organização e se o jornalismo é um negócio estruturado empresarialmente, o fator econômico torna-se o determinante: o lucro é fundamental e o setor comercial – responsável pela captação de anúncios, logo pela viabilização do empreendimento – interfere diretamente na produção da notícia. É por isso que o espaço para a publicidade está reservado antes mesmo das notícias e o texto jornalístico só preenche os espaços vazios da página do jornal.

A cultura organizacional exerce influência marcante nas escolhas do jornalista, socializado na e pela política editorial do jornal: ou seja, a principal fonte de orientações do jornalista é o grupo profissional do local de trabalho e não o público-leitor. Segundo esta visão teórica, as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística, pois os jornalistas sabem que seu trabalho passa por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos possuem



instrumentos de controle. Para Curran (1990), a autonomia do jornalista é permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa; logo, é uma autonomia consentida.

Na pesquisa acadêmica sobre o jornalismo emerge, nos anos 70, um novo paradigma: as notícias como construção. Eis um momento de virada teórica, totalmente oposto à perspectiva das notícias como “manipulação” e que também questiona a ideologia jornalística e sua teoria das notícias como espelho da realidade. O ponto de discordância entre essas duas perspectivas está na posição tomada em relação a ideologia hegemônica da atuação dos jornalistas: nos estudos sobre a parcialidade das notícias, a Teoria do Espelho não é posta em causa; nos estudos que utilizam a perspectiva das notícias como construção, a Teoria do Espelho é claramente rejeitada.

Pela Teoria do *Newsmaking*, o jornalismo é uma forma de construção da realidade, nunca podendo ser o reflexo do real. A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – tanto do ponto de vista da estrutura do trabalho nos jornais como também do profissionalismo dos jornalistas – para que possam adquirir a existência pública de notícia. Todo fato que não corresponde a esses requisitos é excluído, por não ser adequado às rotinas produtivas e às normas da cultura profissional. Portanto, noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos de que os jornais se utilizam para escolher, diariamente, dentre um número indefinido de acontecimentos, a quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.

A noticiabilidade está estreitamente relacionada com os processos de rotinização e de standardização das práticas produtivas. Este procedimento – a produção de notícias planejada como uma rotina industrial – equivale a introduzir práticas produtivas estáveis em uma “matéria-prima” extremamente variável e impossível de ser controlada com absoluta certeza: os fatos que ocorrem cotidianamente. Frente à imprevisibilidade dos fatos, as empresas jornalísticas sobrevivem por manterem uma rotina racionalizada de trabalho (Tuchman, 1973: 160). Isto significa que a definição de noticiabilidade está vinculada à noção de perspectiva da notícia, ou seja, a resposta que o jornal dá à questão que domina a atividade dos jornalistas: quais fatos cotidianos são importantes para serem construídos como notícia. Notícia, portanto, é o produto de um processo organizado que implica em uma perspectiva prática dos acontecimentos, com a finalidade de reuni-los e fornecer avaliações diretas sobre suas relações, visando entreter e garantir leitores. A definição e a escolha do acontecimento noticiável são orientadas



pragmaticamente; isto é, o produto informativo deve ser factível em função de tempos, espaços e recursos limitados. Essa factibilidade, entretanto, contribui para retirar um acontecimento do seu contexto de origem de modo que possa ser recontextualizado dentro das dimensões do noticiário.

Esta teoria que toma por base o conceito de noticiabilidade diminui a pertinência de certos enfoques, como a noção conspiratória de manipulação da notícia por parte do jornalista, pois essa intenção seria superada pelas imposições da rotina de produção jornalística. O enfoque da manipulação da notícia favorece uma perspectiva moral ou psicológica da imparcialidade e dificulta a sua compreensão enquanto um processo historicamente situado. A “distorção da notícia” está, em primeira instância, vinculada à rotina de produção, conforme já enfatizamos: as empresas jornalísticas, diante da imprevisibilidade dos acontecimentos cotidianos, precisam colocar ordem no tempo e no espaço, estabelecendo determinadas práticas produtivas unificadas. Dito de outra forma: o conjunto de fatores que determina a noticiabilidade dos acontecimentos permite efetuar, cotidianamente, a cobertura informativa, mas dificulta o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos dos fatos apresentados como notícias. Portanto, a noticiabilidade constitui um elemento da “distorção involuntária” contida na cobertura jornalística dos meios de comunicação de massa.

Conclusão

A noticiabilidade de um acontecimento está habitualmente sujeita a desacordo e depende sempre dos interesses e das necessidades do órgão informativo e dos jornalistas: se, por um lado, os critérios de relevância são flexíveis e variáveis quanto à mudança de certos parâmetros, por outro, são sempre considerados em relação à forma de operar do meio de comunicação que produz a informação. Não há um processo rigidamente fixado e uma avaliação esquematicamente pré-ordenada da noticiabilidade: suas margens de flexibilidade e de ajustamento induzem, portanto, a avançarmos na direção de uma hipótese sobre o caráter negociado dos processos de produção da informação. O produto informativo parece ser o resultado de uma série de negociações, pragmaticamente orientadas, que têm por objeto o que é publicado e o modo como é publicado no jornal. Essas negociações são efetuadas pelos jornalistas em função de fatores com diferentes graus de importância e em diferentes momentos do processo produtivo.

Se a noticiabilidade é um conjunto de critérios, operações e instrumentos que controla e gera a quantidade e o tipo de acontecimentos para selecionar os que serão produzidos como informação jornalística, a sua aplicação está baseada nos valores-notícia. Essa noção – *news values* (Tuchman, 1978) – constitui a resposta a esta questão central no jornalismo: quais os acontecimentos considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?

Bourdieu já afirmou que os jornalistas possuem “seus óculos particulares” através dos quais vêem certos acontecimentos e não outros – “e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem” (Bourdieu, 1997: 12). Esses “óculos” são os valores-notícia através dos quais os jornalistas operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado. O ponto central em relação à problemática dos valores-notícia é, portanto, a distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. Essa distinção foi estabelecida por Wolf (2003), mostrando que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística – a seleção dos acontecimentos – e de elaboração da informação jornalística – a construção da notícia.

Para Golding e Elliott (1979: 114), os valores-notícia são “qualidades dos acontecimentos ou da sua construção jornalística, cuja presença ou ausência os recomenda para serem incluídos em um produto informativo”. Dessa maneira, quanto mais um acontecimento exhibe essas qualidades, maiores são as suas possibilidades de ser incluído no jornal. É neste sentido que a “distorção involuntária” está ligada às rotinas produtivas e aos valores profissionais, reproduzindo-se em cadeia em todas as fases do trabalho. O que cabe ressaltar é que os critérios de relevância agem de uma forma difusa até se transformarem em critérios de realce aplicados implicitamente pelos leitores. Outro aspecto geral dessa noção aponta para o tipo de processo de que é parte constitutiva: os valores-notícia servem para possibilitar a rotina produtiva da empresa jornalística, de tal modo que a tarefa de produção da informação seja exequível.

Os valores-notícia operam de uma maneira peculiar, pois a seleção de notícias é um processo de decisão e de escolha realizado rapidamente: os critérios devem ser facilmente aplicáveis, de forma que as escolhas possam ser feitas sem demasiada reflexão. Por outro lado, esses critérios devem ser flexíveis para que possam se adaptar à infinita variedade de acontecimentos disponíveis. Além disso, devem ser relacionáveis e comparáveis, dado que a oportunidade de uma notícia depende sempre das outras notícias igualmente disponíveis. Os critérios também devem ser facilmente



racionalizados para que, no caso de uma notícia ser substituída por outra, haja sempre um motivo aceitável para tal substituição. Para garantirem o necessário reabastecimento de notícias adequadas, com o mínimo de tempo e custos, esses critérios são orientados para a eficiência produtiva. O rigor dos valores-notícia vincula-se, portanto, a lógica de uma tipificação cujos objetivos são atingir fins práticos de uma forma programada e tornar possível a repetitividade de certos procedimentos.

A organização da redação do jornal em setores temáticos específicos – a divisão em editorias, com seus especialistas – é uma indicação dos critérios de noticiabilidade que nele vigoram. As editorias não só ajudam a sistematizar o trabalho jornalístico, como também explicam os temas mais presentes, cotidianamente, na cobertura informativa.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CURRAN, James. Culturalist perspectives of news organizations. In: FERGUSON, M. (org.). *Public communication: the new imperatives*. Berverly Hills: Sage, 1990.

ELLIOTT, Philip. Professional ideology and organizational change: the journalist since 1800. In: BOYCE, George; CURRAN, James; WINGATE, Pauline (orgs.). *Newspaper history: from seventeenth century to the present day*. Londres: Constable, 1978.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de (orgs.). *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

FUSER, IGOR. *A arte da reportagem*. São Paulo: Scritta, 1996.

GENRO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*: Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOLDING, P.; ELLIOTT, P. *Making the news*. Londres: Longman, 1979.

HALL, Stuart. The narrative construction of reality. *Southern Review*, v. 17. n. 01, 1984.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 1996.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELO, José Marques. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Mantiqueira, 2003.



- SCHUDSON, Michael. *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- _____. The Sociology of news production. *Media, Culture & Society*, v. 11, n. 03, 1989.
- _____. Porque é que as notícias são o que são. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, n. 08, out. 1988.
- _____. *Discovering the news*. Nova York: Basic Books, 1978.
- SMITH, Anthony. *Goodbye Gutenberg: the newspaper revolution of the 1980's*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.
- TRAQUINA, Néilson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. Nova York: The Free Press, 1978.
- _____. The exception proves the rule: the study of routine news practice. *Strategies for Communication Research*, v. 06, p. 43-62, 1977.
- _____. Telling stories. *Journal of Communication*, v. 26, n. 04, 1976.
- _____. Making news by doing work: routinizing the unexpected. *American Journal of Sociology*, v. 79, n. 01, p. 110-131, 1973.
- _____. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of Sociology*, v. 77, n. 04, 1972.
- VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.